

## **POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO E O MODELO OPEN ARCHIVES INITIATIVE (OAI)**

Marcos Antonio de Moraes (PIBIC/Fundação Araucária - UEL), e-mail:  
marcomoraes@msn.com

Terezinha Elisabeth da Silva (Orientadora), e-mail:telis@uel.br

Universidade Estadual de Londrina/Centro de Educação Comunicação e  
Artes

**Palavras-chave:** Políticas de Informação, *Open Archives Initiative*.

### **Resumo:**

Discorre acerca das atuais mudanças na comunicação científica que, com as novas tecnologias de informação e comunicação (TICs), juntamente com a crise da comunicação científica em meados dos anos 1990, desencadearam a *Open Archives Initiative* (OAI). A iniciativa de arquivos abertos como também é conhecida a OAI é responsável por delinear normas técnicas e administrativas que visam, entre outras coisas, a publicação de pesquisas científicas de forma livre e irrestrita. Este trabalho mostra um estudo das políticas voltadas ao modelo OAI assinadas por órgãos norte-americanos e britânicos, com o intuito analisar essas políticas para então mapear o atual estágio em que se encontram esses países no que diz respeito ao movimento de acesso aberto à produção científica.

### **Introdução**

Atualmente, uma das discussões mais recorrentes na comunidade científica dialoga acerca dos novos rumos adotados para a comunicação científica no que diz respeito à disponibilização dos resultados de pesquisas, sobretudo aquelas que são financiadas com dinheiro público. Soma-se a isso a crise dos periódicos científicos, fato marcante dos anos de 1980 e a rápida evolução tecnológica que, com as novas tecnologias de informação e comunicação (TICs), deram um novo contorno ao processo de comunicação científica.

As discussões decorrentes dessas mudanças, juntamente com algumas experiências bem sucedidas, fizeram surgir um conjunto de normas técnicas a fim de viabilizar de um modo seguro o acesso à informação publicada na internet. A *Open Archives Initiative* (OAI) é responsável por estabelecer e disseminar essas normas, mostrando-se um grande desafio para a comunidade científica, órgãos financiadores, governos entre outros atores interessados em quebrar as barreiras impostas pelas grandes editoras comerciais e construir um novo modelo de publicação científica,

oferecendo disseminação mais ampla e irrestrita dos resultados de pesquisas científicas.

No mundo todo, governos, organizações não-governamentais, universidades e até mesmo instituições comerciais mostram-se preocupadas com questões relativas ao modelo OAI. Tais preocupações têm levado ao estabelecimento de políticas de informação voltadas ao modelo de acesso aberto. As políticas, nesse caso, surgem sob a designação de “cartas”, “declarações”, às vezes reguladas por órgãos executivos estatais, outras vezes ainda existentes como projetos de casas legislativas.

O propósito deste trabalho é estudar as políticas de informação dedicadas ao modelo OAI dos principais órgãos norte-americanos e britânicos responsáveis pelo estabelecimento dessas políticas, sejam eles governamentais ou não-governamentais. O trabalho integra o projeto Gestão da Informação da Produção Intelectual da Universidade Estadual de Londrina, desenvolvido do Departamento de Ciência da Informação da UEL.

## **Materiais e Métodos**

Para mapear o atual estágio das políticas de informação voltadas ao modelo OAI e identificar as diretrizes adotadas pelos órgãos signatários dessas, foram escolhidos seis órgãos signatários de políticas voltadas ao modelo OAI, sendo três americanos (*National Institute of Health – NHI*, *Alliance For Taxpayer Access – ATA* e *American Library Association – ALA*) e três britânicos (*Open Access Team for Scotland – OATS*, *Recommendations for UK Open-Access Provision Policy* e *Joint Information System Committee – JISC*).

A escolha desses órgãos foi baseada no trabalho “Políticas de acesso aberto à informação científica: iniciativas governamentais” (SILVA; ALCARÁ, 2007), em que as autoras elencaram os principais órgãos signatários de políticas de informação voltadas ao modelo OAI em todo o mundo, quando foram verificadas as principais diretrizes e orientações emanadas dessas políticas.

As rápidas mudanças que essas políticas sofrem faz com que seja necessária uma nova análise. Os Estados Unidos e o Reino Unido estão entre os países que mais intensificam ações em prol do movimento de acesso aberto. Por este motivo foram novamente estudadas as políticas de informação voltadas ao modelo OAI desses países.

Os *sites* mantidos pelos órgãos signatários foram as principais fontes que forneceram informações a respeito das políticas adotadas. A partir da recuperação dessas fontes foram coletados os dados necessários para a análise das políticas.

## **Resultados e Discussão**

Dentre os órgãos norte-americanos destaca-se o *National Institute of Health* (NIH), responsável por delinear as diretrizes e financiar pesquisas na área da saúde no país. Para os pesquisadores que têm trabalhos financiados pelo

NIH é obrigatório o depósito do resultado final da pesquisa no *PubMed Central*<sup>1</sup>.

A *Alliance For Taxpayer Access* (ATA) e a *American Library Association* (ALA) são outros dois órgãos norte-americanos que promovem ações em favor do acesso livre. A ATA defende que o dinheiro utilizado para financiar pesquisas científicas provém do contribuinte (*taxpayer*), então o acesso aos resultados deve ser livre. A ALA, uma associação de bibliotecas norte-americanas se mostra favorável às ações do NHI.

A *Open Access Team for Scotland* (OATS) firmou uma declaração de apoio ao movimento de acesso aberto assinado por representantes de universidades escocesas, além de órgãos de fomento, representantes do governo e outros interessados no movimento de acesso aberto na Escócia.

A declaração assegura que irá reunir esforços e seguir exemplos de outros países para que a produção científica daquele país seja publicada em ambiente de acesso livre (OPEN ACCESS TEAM FOR SCOTLAND, 2004).

A *Recommendations for UK Open-Access Provision Policy* trata-se de uma declaração assinada por sete pesquisadores e professores das Universidades de *Southampton*, *Loughborough* e do *eScience*. Na declaração há uma série de comentários e recomendações que seriam, segundo os autores, necessárias para aumentar a publicação em acesso livre, dando maior visibilidade e acesso às pesquisas científicas feitas em todo o Reino Unido (HARNAD, 2003).

O *Joint Information System Committee* (JISC) foi criado em 1993. Trata-se de um órgão que trabalha com o uso de novas tecnologias de comunicação e informação (TIC's) destinadas ao ensino e pesquisa da comunidade britânica. O *Committee* divulga em seu *site* uma cartilha que informa aos interessados os benefícios da adesão ao acesso aberto (JOINT INFORMATION SYSTEM COMMITTEE, 2009).

Amparados pelo JISC foram publicados os FoIA, *Freedom of Information Act*, em 2000 e 2002. Esses atos referem-se às responsabilidades e ações esperadas dos governos dos países que compõem o Reino Unido. O FoIA 2000 aplica-se à Inglaterra, País de Gales e Irlanda do Norte. O FoIA 2002 trata da Escócia (JOINT INFORMATION SYSTEM COMMITTEE, 2009b).

Além disso, o *JISC Repositories and Preservation Programme* desenvolve ações de incentivo à adoção de *softwares* livres, de repositórios de acesso livre e aberto por instituições de ensino superior, por intermédio de financiamentos para desenvolvimento de infraestrutura, fóruns de discussão e encontros especializados, direcionados à comunidade do Reino Unido (JOINT INFORMATION SYSTEM COMMITTEE, 2009b).

---

<sup>1</sup> <http://www.pubmedcentral.nih.gov/>

## Conclusões

Os resultados apresentados mostram que Estados Unidos e Reino Unido estão entre os países que mais concentram esforços que vão ao encontro da filosofia do movimento de acesso aberto. Órgãos de fomento, governo, pesquisadores e outros setores da sociedade se mostram interessados e, de fato, se mobilizam em favor do acesso aberto.

Pode-se observar que as políticas elaboradas por órgãos do Reino Unido se mostram mais delineadas e organizadas, muito embora elas apareçam como orientações e não como políticas mandatárias como é o caso do *National Institute of Health* (NHI), órgão norte-americano que exige, por lei, o depósito de resultados de pesquisas financiados com dinheiro público em um canal de acesso aberto.

Alguns órgãos como a ALA, por exemplo, não disponibilizam em suas páginas muitas informações acerca de suas ações e orientações, entretanto, a ALA aponta que apóia e reúne esforços juntamente com o NHI. Esse fato mostra que mesmo não tendo uma política bem delineada, o órgão adota uma postura favorável ao movimento de acesso aberto ao declarar sua adesão às estratégias propostas pelo NHI que, por sua vez, mantém postura enérgica ao obrigar a adesão de pesquisadores à publicação em repositórios de acesso aberto.

## Referências

HARNAD, S. *Recommendations for UK open-access provision policy*. 2003. Disponível em: <<http://users.ecs.soton.ac.uk/harnad/Temp/UKSTC.htm>> Acesso em: 01 dez. 2008.

JOINT INFORMATION SYSTEM COMMITTEE – JISC. 2009. Disponível em: <<http://www.jisc.ac.uk>> Acesso em: 21 maio 2009.

JOINT INFORMATION SYSTEM COMMITTEE – JISC. *Repositories and Preservation Programme*. 2009b Disponível em: <<http://www.jisc.ac.uk/whatwedo/programmes/reppres.aspx>> Acesso em: 21 maio 2009.

OPEN ACCESS TEAM FOR SCOTLAND. 2004. Disponível em: <<http://scuri.ac.uk/WG/OATS/docs/oadeclfinal.doc>> Acesso em: 13 nov. 2008.

SILVA, T. E. da; ALCARÁ, A. R. Políticas de acesso aberto à informação científica: iniciativas governamentais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. 9., 2008, São Paulo. *Anais eletrônicos...* São Paulo: USP, 2008. Disponível em: <<http://www.ancib.org.br>> Acesso em: 20 jan. 2009.